



---

# IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

## Portugal, território de territórios

---

ÁREA TEMÁTICA: Territórios: Cidades e Campos [AT]

---

### **O MEDITERRÂNEO COMO TERRITÓRIO DE MOBILIDADE DE REFUGIADOS**

---

VIEIRA, Inês

Mestre em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, FCSH/UNL,  
[ines.vieira@fcs.unl.pt](mailto:ines.vieira@fcs.unl.pt)

---



### Resumo

O Mediterrâneo é considerado palco histórico de mobilidades, testemunha de importantes movimentos de pessoas e bens desde a antiguidade. O seu perfil mudou ao longo do tempo, a par de importantes evoluções da noção globalizada de mobilidades humanas. Nos últimos anos o Mediterrâneo tem sido figurado como cenário de emergência, território de travessia para quem procura asilo, porta a sul para entrar na Europa. A este cenário associa-se uma série de dimensões de segurança e controlo que, a par da emergência humanitária, redireccionam o debate sobre as responsabilidades nacionais e europeias sobre este território marítimo. Esta problemática será aqui enquadrada numa perspectiva que atende à construção e desenvolvimento do problema social dos refugiados no Mediterrâneo. A partir da imprensa italiana, de 2013 a 2015, notícias tematicamente filtradas das plataformas digitais dos jornais *La Repubblica* e *Corriere della Sera* serão objecto de análise por *framing*. Partindo de uma interrogação crítica sobre as forças sociais e políticas que enformam as compreensões dominantes deste problema social emergente, procura-se reenquadrar o Mediterrâneo como território de referência para a mobilidade de refugiados no séc. XXI.

### Abstract

The Mediterranean Sea is a historical stage of mobilities and has been a witness of important movements of people and goods since ancient times. Its profile changed in recent years, becoming predominantly depicted as an emergency scene, a crossing platform for those in search of refuge in Europe. This scenario becomes associated with a set of dimensions of securitization and quests of control that redirect the debates about national and European responsibilities regarding this maritime territory. This issue will be approached by exploring the construction and development of the social problem of refugees in the Mediterranean, departing from the frame analysis of news items thematically filtered from the digital platforms of two Italian newspapers, *La Repubblica* and *Corriere della Sera*. While critically questioning the social and political forces that give shape to the dominant readings of this emergent social problem, we propose to frame the Mediterranean as a territory of reference for the mobility of refugees in the 21 century.

Palavras-chave: análise de imprensa; mar Mediterrâneo; refugiados; territórios de mobilidade

Keywords: Mediterranean sea; press analysis; refugees; territories of mobility

[COM0671]



## Introdução

Qual a pertinência de pensar o Mediterrâneo como território de mobilidade de refugiados num congresso sobre “Portugal, território de territórios?” (IX Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, Faro, 2016)? Propomos três reflexões introdutórias: as partilhas e distâncias na história migratória do sul europeu; a dimensão europeia da travessia fronteiriça e da procura de asilo político; e a mobilização social em torno do problema dos refugiados, mesmo em contextos como Portugal, que não vivenciam directamente a entrada, o trânsito ou a reinstalação de um grande número de refugiados.

Em primeiro lugar, Portugal aproxima-se da história migratória de Itália, Espanha e Grécia. Segundo King e Zontini (2000: 36), a Europa do Sul partilha uma história migratória de quatro fases: no final do séc. XIX/início do séc. XX, emigração transoceânica permanente, sobretudo rumo ao continente americano; entre o final da II Guerra Mundial e a primeira crise petrolífera, uma tipologia mais temporária de migração laboral para os países industrializados do Norte da Europa; na década de 1970 e no início da década de 1980, uma fase de retorno por reacção às mudanças observadas nas condições económicas; e uma fase mais recente de imigração, com a entrada de pessoas provenientes de países do hemisfério Sul e, desde 1990, da Europa de Leste. Se adicionarmos uma quinta fase, desde o final da década de 2000, após a crise financeira que agudizou as crises económica e política nos países sul europeus, podemos identificar um perfil migratório mais diferenciado. Nesta última fase, Portugal (o menos Mediterrânico dos países sul europeus referenciados) reforça um perfil de saída/emigração contrastante com os perfis marcados pela entrada populacional relativamente estável em Espanha e reforçada em Itália e na Grécia (sobretudo desde o pico de entradas de requerentes de asilo em 2015).

Em segundo lugar, a travessia de fronteiras e a procura de asilo político em países da União Europeia (UE) apresentam uma dimensão europeia mais do que nacional, apesar da sua maior pressão em países de entrada tais como Espanha, Itália e Grécia. Este é, por isso, um tema necessário para actualizar o debate sobre o(s) território(s) europeu(s). Quais os limites dos países da União Europeia e do espaço Schengen no que toca às políticas de mobilidade em relação a asilo e fronteiras? Qual o impacto do regime de Dublin (convenção de 1990 e regulamentações de 2003 e 2013) ao sustentar o princípio de que o primeiro estado-membro em que se procede à recolha de impressão digital e pedido de asilo deve ser considerado responsável por esse processo de asilo? Como interpretar o intervalo de tempo e a definição das prioridades das operações de patrulha no Mediterrâneo, entre responsabilidades nacionais e europeias e missões de busca e salvamento e de controlo fronteiriço?

Em terceiro lugar, mesmo num contexto como o português, onde não se vivencia directamente a entrada, travessia ou estabelecimento de um número de requerentes de asilo que abale as estruturas de acolhimento e resposta política, é possível observar uma mobilização social considerável em torno da construção de uma “crise de refugiados”. Em Portugal, a partir da foto-notícia particularmente impactante de Aylan Kurdi em Setembro de 2015, foram constituídos vários grupos formais e informais (apadrinhados por figuras públicas da sociedade portuguesa), destacando-se a criação da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), estruturas que organizaram ou participaram em várias iniciativas de apoio e/ou acções de socorro, sobretudo na costa grega. A construção mediática em Portugal do problema dos refugiados foi alvo de discussão num encontro promovido pelo grupo “Refugiados e Migrações: Iniciativas e Reflexões” (RMIR) (Espírito Santo *et al.*, 2016). Jornalistas de diferentes órgãos e meios de comunicação constataram que antes de 2015 havia uma ausência substantiva da questão dos refugiados na agenda mediática em Portugal, apesar de existir algum investimento em notícias e reportagens pontuais, mas que não beneficiavam do efeito de proximidade. Desde 2015, a repetição de imagens de naufragos (pouco plurais na cobertura), disseminadas em jornais, televisão e redes sociais, criou uma certa ilusão de consenso, sustentada no apelo à emoção e à empatia que são, porém, insuficientes para responder ao problema ético, humanitário e político subjacente.

No sentido de contribuir para a compreensão desta construção social, nesta comunicação reportamos e discutimos os resultados de uma análise à imprensa italiana (Vieira, 2016) sobre o problema dos refugiados no Mediterrâneo – expressão preferida a “crise de refugiados”, que poderá contribuir para contextualizar em demasia o fenómeno e responder-lhe numa lógica urgente de excepção, tomando os refugiados como foco do problema, em detrimento de explorar questões políticas que permitiriam uma integração mais efectiva dos refugiados nos países europeus. Ainda ao nível de opções terminológicas, nesta comunicação far-se-á uma referência generalizada a “refugiados” com o objectivo de contribuir para a compreensão da construção social deste grupo de mobilidade. Note-se, porém, que esta opção, próxima ao uso popular que é dado ao termo, absorve situações diferentes tais como as de prófugos, migrantes indocumentados, requerentes de asilo e refugiados no seu sentido jurídico, cujo pedido de asilo tenha sido reconhecido.

### **Abordagem metodológica**

Esta comunicação tem o intuito de contribuir para a compreensão do problema actual de refugiados no Mediterrâneo. Ao nível empírico reportamos uma análise à imprensa italiana, com uma amostra de notícias publicadas entre 2013 e 2015, procurando enquadrar a construção social deste problema num contexto mais fortemente pressionado desde a viragem do século, mas sobretudo nos últimos anos, e observar como o agravamento do fenómeno e a sua crescente construção social contribuíram para o redireccionamento do enfoque do contexto nacional para a escala europeia. Ao nível teórico procuramos reflectir sobre esta construção perspectivando o Mediterrâneo como território de mobilidade de refugiados. Para tal, partimos de uma reflexão mais ampla sobre migrações e mobilidades (Castles, de Haas e Miller, 2014; Urry, 2007) procurando reflectir a situação dos refugiados e do contexto mediterrânico numa perspectiva de território de mobilidades (Baptista, 2002; Bonnet e Desjeaux, 2000; Faret, 1999; Gildas, 2002).

A análise de uma amostra de notícias da imprensa italiana, previamente apresentada em maior detalhe (Vieira, 2016), partiu do objectivo de explorar a construção discursiva do problema social dos refugiados no Mediterrâneo. Tendo em vista a interpretação dos discursos subjacentes a esta construção, foi realizada uma análise por *frames* a notícias recolhidas nas plataformas digitais dos dois jornais italianos com maior tiragem, *Corriere della Sera* e *La Repubblica*, entre 2013 e 2015. Ao nível editorial, tomando em consideração a perspectiva destes jornais sobre outros tópicos politizados, é possível considerar ambos os jornais como moderados no espectro da imprensa italiana, sendo que ao *Corriere della Sera* se aponta um direccionamento mais “propedêutico”, equilibrando mais perspectivas de centro-esquerda e centro-direita, face a um direccionamento mais progressista de centro-esquerda do *La Repubblica* (Papuzzi, 2010: 96).

Uma das hipóteses condutoras desta comunicação e do artigo que lhe precede é de que a visualização de refugiados no Mediterrâneo (através de fotografias e vídeos amplamente disseminados, reportando cenas chocantes dos percursos dos refugiados rumo à Europa, bem como de narrativas verbais e visuais reportadas nesta amostra mediática, que associam este problema a entidades políticas legitimadoras, ao exemplo na UE e da ONU) teve um importante efeito na construção social deste problema. O fluxo de refugiados que procuravam alcançar a Europa através do Mediterrâneo já existia antes de 2013-2015; é possível verificá-lo em diferentes leituras científicas, em entrevistas biográficas e reportagens mediáticas realizadas com refugiados e requerentes de asilo, e como foco de debates e manifestações promovidos por movimentos sociais (relacionados com a promoção da diversidade social/cultural e com a reflexão pós-colonial sobre questões tais como o racismo e a ilegalização do ser humano). Porém, este tópico não era percebido como um problema para a maioria da opinião pública, nem era assumido como prioridade para a agenda política internacional. A situação mudou nos últimos anos – para a

Europa, incluindo Portugal, em 2015, para Itália alguns anos mais cedo, mas de modo mais pronunciado a partir de 2013.

Ao considerarmos este problema perspectivando a sua construção social não pretendemos negar a existência de um fenómeno real e de resposta difícil face a um número elevado de requerentes de asilo que procuram entrar na Europa através do Mediterrâneo. Pretendemos, sim, contribuir para a interrogação crítica dos factores sociais e políticos que enformam as leituras dominantes sobre este fenómeno, particularmente através da sua construção mediática. Os *media* podem ser considerados uma boa plataforma para observar a construção deste problema social e político, uma vez que têm o poder de definir o quadro de referência a partir do qual a realidade social colectiva é percebida, condicionando a acção social consequente (Adoni e Mane, 1984: 331).

No âmbito dos estudos mediáticos, a análise por *frames* (categorias centrais para a leitura do problema/evento identificado) é considerada uma abordagem metodológica útil para a compreensão da evolução dos ângulos de observação e dos campos de significado construídos em torno de certos eventos e tópicos. Os *frames* requerem um repertório partilhado de padrões de conhecimento, percepção e interpretação (Entman, 1993). Podem ser considerados como chaves discursivas, unidades temáticas no interior de recortes noticiosos, ângulos de observação ou tipos de experiência face ao que é referenciado, sendo por isso diferentes (ao nível ontológico) do tópico da narrativa. Os *frames* dão forma às narrativas públicas sobre questões políticas, salientando-se o papel dos *media* como transmissores de informação que capacitam os cidadãos para a interpretação de dimensões políticas e para as suas tomadas de decisão consequentes (D'Angelo, 2002). Considerados princípios interpretativos, os *frames* manifestam-se no discurso através de dispositivos simbólicos – por exemplo, metáforas, imagens visuais e slogans, importantes para a organização da informação em relação a campos culturais mais amplos. Os aspectos formais das notícias – tais como a localização, o tamanho, a frequência e a organização da informação – têm repercussões na visibilidade da informação, bem como reflectem a influência de certos eventos críticos que são representados como contextualmente dramáticos e motivam a atenção pública. Estes eventos críticos convidam à definição ou redefinição colectiva de um problema social, sobretudo quando diferentes *stakeholders* competem para atribuir um significado ao tópico evocado (Koziner, 2015).

Nesta pesquisa, a análise por *frames* foi realizada a dois níveis: um nível mais geral, em que se avaliou a frequência de notícias e de eventos críticos/tópicos enfocados por ano, identificados a partir do conteúdo de todas as notícias<sup>1</sup> da amostra; e um nível mais detalhado, em que a análise é aprofundada para 5% das notícias, escolhidas aleatoriamente dentro de um mesmo *frame* por ano<sup>2</sup>. Para o nível mais detalhado, a estrutura de análise contempla aspectos formais, dispositivos simbólicos, a definição do problema (e actores sociais relacionados), causas atribuídas e julgamentos identificados.

A amostra de notícias é composta pelo resultado de uma pesquisa efectuada nas plataformas digitais dos dois jornais para os termos “rifugiati Mediterraneo” com filtro anual, tendo esta pesquisa sido contextualizada por pesquisas aos termos “rifugiati”, “profughi”, “profughi Mediterraneo” e “migranti Mediterraneo”. Considerando a validade das notícias recolhidas para o intervalo 2013-2015, os resultados totais providenciados directamente pelos servidores *web* dos jornais têm uma validade média de 85%<sup>3</sup>.

### **Uma leitura sobre o problema social dos refugiados no Mediterrâneo a partir da imprensa italiana (2013-2015)**

Apresentamos de seguida uma síntese da análise de imprensa efectuada (Tabela 1), apresentada em maior detalhe em artigo precedente (Vieira, 2016).

<i>Frame</i>	2013		2014		2015		<i>TOTAL</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Naufrágios/desastres	<b>30</b>	<b>40,5%</b>	15	12,8%	33	11,7%	<b>78</b>	<b>16,5%</b>
Terrorismo, guerra e refugiados	13	17,6%	13	11,1%	19	6,7%	45	9,5%
Apoio civil a refugiados (sociedade civil, igreja, actividades culturais)	11	14,9%	5	4,3%	38	13,4%	54	11,4%
Centros de detenção e campos de refugiados (inc. África)	4	5,4%	5	4,3%	3	1,1%	12	2,5%
(Re)instalação de refugiados	2	2,7%	<b>28</b>	<b>23,9%</b>	28	9,9%	<b>58</b>	<b>12,2%</b>
Responsabilidade e operações italianas Vs europeias	4	5,4%	19	16,2%	30	10,6%	53	11,2%
Enquadramento legal e plano da UE (quotas, <i>smugglers</i> , barcos)	0	-	7	6%	<b>51</b>	<b>18%</b>	<b>58</b>	<b>12,2%</b>
Controlo de fronteiras e muros	1	1,4%	2	1,7%	18	6,4%	21	4,4%
Estatísticas e estudos	0	-	5	4,3%	14	4,9%	19	4%
Política global (ONU, NATO, AfroMed, prioridades globais)	5	6,8%	4	3,4%	26	9,2%	35	7,4%
Política italiana (leis, partidos, prioridades)	0	-	3	2,6%	10	3,5%	13	2,7%
Biografias de refugiados e dias de memória	4	5,4%	11	9,4%	13	4,6%	28	5,9%
<b><i>TOTAL</i></b>	<b>74</b>	<b>100%</b>	<b>117</b>	<b>100%</b>	<b>283</b>	<b>100%</b>	<b>474</b>	<b>100%</b>

Tabela 1 - Síntese dos principais *frames* das notícias recolhidas com os termos de pesquisa “rifugiati Mediterraneo” nas plataformas digitais dos jornais italianos *La Repubblica* e *Corriere della Sera*

Para background contextual é importante referir que, apesar de a associação entre notícias sobre migrantes ou refugiados e o Mediterrâneo ser recente, a mediatização do problema presente sustenta-se num fenómeno pré-existente e numa reflexão sobre migrações forçadas que já se fazia em parte dos órgãos de comunicação social (sustentando, por isso, o argumento junto de uma parte da opinião pública). Considerando o número total de notícias entre os anos 2000 e 2010 nos dois jornais, para além da tendência crescente com picos em 2011 e 2015, é de referir que o número de publicações do *La Repubblica* sobre migrantes e refugiados é consistentemente superior ao do *Corriere della Sera*.

Considerando esta amostra de notícias da imprensa italiana, durante o ano 2013 observou-se a construção de um problema humanitário e político contextualizado em Itália – envolvendo barcos provenientes da Líbia, acidentes e naufrágios nos espaços marítimos italiano e líbio, com operações de busca e salvamento italianas e a citação predominante de actores sociais italianos (de habitantes de Lampedusa a representantes governamentais) apelando à sensibilização europeia. Uma leitura global das notícias permitiu identificar um contexto geral de violência na área afro-mediterrânica, com particular atenção para a guerra e as ameaças terroristas na Líbia e na Síria e a sua repercussão no aumento do tráfico humano e do número de migrantes indocumentados. Neste conjunto de notícias identificam-se três escalas contextuais com influência nas condições sociais dos refugiados: contextos de origem (migrações forçadas, guerra e terrorismo), de trânsito (naufrágios e outros acidentes, *smuggling* criminal e tráfico humano) e de chegada (legislação restritiva e práticas de detenção).

O evento crítico que mais detonou a atenção pública (reflectindo-se no maior número de notícias) foi o naufrágio de 3 de Outubro de 2013, em Lampedusa, que provocou a morte a mais de 500 pessoas. O naufrágio/desastre está na base do primeiro *frame* (categoria privilegiada de observação) que nos ilustra os



primeiros passos da construção deste problema, apresentado como moralmente criticável pela sua ameaça à dignidade humana. As notícias foram apresentadas sobretudo nas secções “Solidariedade” e “Crónicas” em ambos os jornais, acompanhadas de fotografias alusivas a um cenário mortífero (operações de emergência, corpos cobertos, barcos sobrelotados e com apelos de ajuda). Ao nível de figuras retóricas, este naufrágio foi apresentado como uma tragédia humana, com a mobilização de vocabulário alusivo a desastre, trauma, vergonha e crise. Ao nível da argumentação e da atribuição de responsabilidades, constata-se a incapacidade de Itália para controlar a situação mediterrânica, acrescentando-se críticas a opções passadas do estado italiano que implicaram movimentos de *refoulement* para a Líbia e legislação que criminalizava migrantes indocumentados, ajudantes de percurso e socorristas. Por seu lado, a Europa foi aqui acusada pelas suas políticas de asilo (regime de Dublin e peso acrescido para o estado através do qual o requerente de asilo entra na União Europeia) e operações marítimas (que não davam prioridade a busca e salvamento), estabelecendo-se um paradoxo entre uma identidade europeia supostamente baseada em valores universais de dignidade humana, liberdade, equidade e solidariedade, e a falta de compromisso europeu face ao “fardo” do Mediterrâneo. Considerando a projecção do problema “visualizado” a partir deste evento crítico, o conseqüente aumento do número de notícias e o seu crescente direccionamento político considerando a proximidade de uma cimeira europeia, o naufrágio de 3 de Outubro de 2013 pode ser visto, nesta amostra da imprensa italiana, como o ponto de viragem para o debate.

Em 2014 o problema foi consolidado, dando conta da crescente chegada de refugiados, com conseqüências ao nível da reinstalação de um número cada vez maior de pessoas (principal *frame*), mantendo a atenção a novos naufrágios e progressivamente considerando os percursos dos refugiados após alcançarem o território italiano. Este foi o mote para discussões sobre centros de detenção, práticas de instalação e “guetorização” dos refugiados. Estas notícias foram recorrentemente associadas a outros tópicos de atenção emergente, sobretudo ao nível da lei do asilo e de hipóteses europeias para lidar com o número crescente de entradas. À escala italiana, em período pós-Berlusconi, as divergências entre partidos de esquerda e direita em matéria de políticas migratórias e de asilo tornaram-se mais notórias, salientando-se discursos a associar medidas de protecção, refugiados e terrorismo na Europa por partidários de extrema direita. Em reflexão italiana face à escala europeia, multiplicaram-se os argumentos de contextualização de Itália enquanto entrada e não destino dos requerentes de asilo, explicando a excepcional suspensão do regime de Dublin em algumas regiões italianas e intensificando a discussão sobre as limitações da operação italiana de busca e salvamento *Mare Nostrum* até ao seu encerramento no final do ano, o que forçou a sua substituição por uma operação europeia. *Triton*, operação europeia de controlo militar fronteiriço, foi a alternativa, bastante criticada pela mudança de tipologia de missão, pelo parco financiamento e pela diminuição da área abrangida.

Neste período o discurso teve como principal *frame* o aumento das entradas e o impacto caótico da instalação de refugiados em Itália. Face à capacidade limitada de uma ilha como Lampedusa para acolher milhares de refugiados, multiplicaram-se soluções temporárias em cidades como Roma, em que prédios e escolas abandonados foram apropriados como habitação por centenas de refugiados que aguardavam os desenvolvimentos do debate à escala europeia. Foi possível visualizar uma segunda fase da situação de emergência: condições desumanas, falta de estruturas de assistência, tempos exagerados de espera para normalização burocrática e a pressão de continuar uma viagem que, na grande maioria dos casos, não era previsto terminar em Itália. Praticamente consensual foi a pressão argumentativa no sentido de considerar este problema à escala europeia, designadamente através de um plano de reinstalação europeu. A metáfora predominante foi a de uma “onda de refugiados” os quais, após sobreviverem à difícil viagem até Lampedusa (*smugglers*, deserto, centros de detenção na Líbia, travessia marítima), se viam acumulados em “bairros-gueto” e “cidades-barraca” em Itália e, cada vez mais, noutros países europeus.

Para o período considerado nesta análise, 2015 foi apresentado como ano *record*, com mais de 1 milhão de pessoas a entrar na Europa e mais de 3700 mortes em naufrágios (incluindo o acidente mais mortífero, em Abril, e o mais “visualizado”, em Setembro), destacando-se o reforço da rota de leste (via Grécia) para além

da rota central mediterrânica (via Itália). O debate em torno das operações *Triton/Mare Nostrum* continuou, abrandonando com o aumento do financiamento das operações da agência europeia Frontex, apesar da permanência de um discurso mais focado no controlo das fronteiras e da criminalidade (avançando a hipótese de resolver o problema ao afundar os barcos e perseguir *smugglers*) em detrimento de operações de busca e salvamento. Um ganho político percebido foi a “queda do muro de Dublin”, nas palavras de Angelino Alfano, com a aceitação de um plano de reinstalação europeia e a abertura de portas da Alemanha. Esta atitude de abertura foi reforçada por diversos projectos de grupos da sociedade civil, apesar de uma das marcas mais fortes deste ano ser a construção de muros e cercas em alguns dos países de trânsito mais pressionados.

Assumindo a centralidade dos planos da UE (principal *frame*), a reinstalação europeia foi considerada a chave para a resolução do problema social dos refugiados. Após o enfoque na actividade criminal de *smuggling* e do seu meio de transporte prioritário (barcos), a atenção foi direccionada para o desenho de um sistema de quotas para distribuir os refugiados entre os países europeus, num processo não consensual entre países do Sul, do leste e do centro da Europa. As notícias passaram a ser apresentadas sobretudo na secção “Internacional/Relações externas” em ambos os jornais. Identificou-se um terceiro cenário de emergência após o forte impacto visual do acidente de Setembro (com a fotografia de Aylan Kurdi): a vulnerabilidade associada ao naufrágio tornou-se imperativa, o problema passou a ser associado a pessoas com traços somáticos mais próximos aos da maioria dominante europeia, gerou uma reacção emotiva espelhada na forte solidariedade civil e ganhou momento político. O vocabulário de crise passou a estar associado a um vocabulário de colapso, particularmente em relação ao contexto grego. O Mediterrâneo foi associado à imagem de um cemitério, marcado pela memória do corpo de uma criança, e a Europa continental foi caracterizada como destino inseguro para os sobreviventes, para os quais se multiplicaram as fronteiras erigidas à possibilidade de uma vida digna, com respeito pelos direitos básicos de cidadania.

### **Pensar o Mediterrâneo como território de mobilidade de refugiados**

Como integrar esta construção numa reflexão mais ampla sobre migrações e mobilidades e enquadrar o Mediterrâneo como território de mobilidade de refugiados? Apesar da importante distinção entre migrações voluntárias e forçadas, entre migrantes e refugiados, a perspectiva da mobilidade pode ser considerada (entre outros) num sentido de migrações a longo prazo ou de outras formas de movimento geográfico semi-permanente, numa interpretação horizontal da mobilidade, focando-a no seu ordenamento contingente em detrimento de uma leitura mais estática, que privilegia a definição de estruturas e da ordem social (Urry, 2007). No contexto europeu, às migrações laborais do pós-guerra sucedeu-se um período de mobilidade particularmente forte a partir da década de 1980, evidenciando a relação entre movimentos populacionais e ciclos económicos e políticos (com subida das taxas migratórias aquando do rápido crescimento económico nos anos 80, com a expansão da Comunidade Económica Europeia aos países do Sul europeu; da queda dos regimes comunistas e criação do espaço Schengen na primeira metade dos anos 90; e da expansão da UE para leste entre 2004 e 2007 – Castles, de Haas e Miller, 2014).

A generalização (desigual) das mobilidades e o seu papel na estruturação dos territórios conduz-nos à expressão “territórios de mobilidade”. A relação entre grupos populacionais em mobilidade e espaços dotados de sentido e lógicas próprios, percorridos e vivenciados por estes grupos, permite a referência a territórios de mobilidade enquanto entidades socioespaciais descontínuas, num processo de mobilidades que responde a práticas e relações com o espaço cada vez mais complexas (Faret, 1999). Compreender os territórios de mobilidade implica conhecer os efeitos da mobilidade a diferentes escalas (espaciais e temporais), questões sócio-territoriais e diferentes experiências sociais da mobilidade, particularmente em relação às mudanças verificadas em territórios urbanos, onde se observam tensões face à diversidade da composição populacional em contexto de crescente mobilidade, ou ainda a estruturação de novos territórios como consequência da mobilidade (Bonnet e Desjeux, 2000). De um modo geral, esta expressão permite

captar a reconfiguração dos lugares físicos (sobretudo as/nas cidades, fundamentais para a análise das mobilidades territoriais) e a desigual territorialidade das relações sociais por efeitos de mobilidade (reforçando a ideia de mundos sociais com diferentes possibilidades de mobilidade) (Baptista, 2002). Esta expressão associa-se à reflexão sobre campos, espaços e territórios migratórios. Estas opções terminológicas e conceptuais resultaram de uma insatisfação teórica face ao vocabulário mobilizado para discutir os processos migratórios, onde se verificava uma insuficiente abordagem espacialista, podendo beneficiar de uma atenção voltada aos importantes territórios de origem, trânsito e instalação dos migrantes, quais espaços praticados pelos percursos migratórios (Gildas, 2002).

O Mediterrâneo pode ser observado como um dos territórios de trânsito dos fluxos de refugiados que procuram alcançar a Europa – e, pela carga simbólica que permeia a sua construção social, sugerimos que o Mediterrâneo seja observado enquanto território de mobilidade de referência para o grupo dos refugiados. A referência a uma Europa fortaleza enquadra a construção deste território de mobilidade na sua dimensão política, enquanto que a referência ao cemitério do Mediterrâneo nos permite explorar a construção deste território nas suas marcas/elementos simbólicos que contribuem para a sua nova representação social.

O projecto político europeu, particularmente no que diz respeito à política de mobilidade interna possibilitada pelo Acordo de Schengen e à constituição da União Europeia, é simultaneamente paradigmático e paradoxal para a estruturação de territórios políticos de mobilidade. Por um lado, potencia o desenvolvimento de um regime internacional para as mobilidades através de dispositivos colectivos, reunindo uma pluralidade de actores sociais, sectores e contextos espaciais, abrindo espaço para um esquema de governança cosmopolita através de órgãos políticos partilhados e controlando as fronteiras (com instrumentos para a restrição do movimento das populações) através da cooperação regional (Mazzella, 2014). Por outro lado, no mesmo espaço em que se postula a cooperação regional e a liberdade de circulação interna, observa-se um percurso moroso até à assunção da responsabilidade europeia sobre problemas relacionados com a resposta política à entrada de refugiados em países do Sul europeu. Tardou, também, o reconhecimento da insustentabilidade do regime de Dublin ao limitar a integração de refugiados ao país de entrada na UE, considerado país de referência para pedidos de asilo, assim contrariando o princípio de mobilidade intraeuropeia (a qual poderia assumir particular importância num contexto de crise na Europa).

Reflectindo sobre a lenta assunção política desta questão à escala europeia, é possível compreender melhor porque é que um problema já há alguns anos mediatizado nos países mais afectados pela entrada de refugiados, ao exemplo de Itália, não foi construído mais cedo como problema social noutros países da Europa, ao exemplo de Portugal. Tal não significa, porém, que Portugal (tal como outros países menos pressionados) não participasse activamente nas políticas europeias implicadas na “gestão” do problema dos refugiados, assentes sobretudo no controlo militar das fronteiras externas da Europa – foco que prevaleceu quando a principal operação mediterrânica passou a ser assumida pela UE, *Triton*, após a missão conduzida pela marinha italiana de Outubro de 2013 (após o naufrágio de Lampedusa) a Outubro de 2014, *Mare Nostrum*, por sua vez vocacionada para a busca e salvamento. Esta divergência de enfoque de uma operação de definição mais humanitária para outra focada no controlo fronteiriço (e, mais tarde, a externalização da contenção do problema das entradas para um país ainda candidato e não membro da UE, a Turquia) contribuiu para reforçar a construção do Mediterrâneo como território de mobilidade indesejada, a conter.

Se passarmos a atenção para um conjunto de elementos simbólicos, é possível perceber uma outra leitura (complementar) sobre a construção deste território mediterrânico, que adquire um novo significado trágico. Observam-se importantes mudanças face aos modos em que este território tem vindo a ser experienciado e representado, qual palco histórico de mobilidades, sobre o qual destacamos três representações.

Em primeiro lugar, com o contributo pioneiro de Braudel (1949), o Mediterrâneo foi um dos contextos que permitiu considerar o paradigma de um sistema mundial em detrimento de um paradigma de estados-nação, considerando a importância das relações entre fronteiras nacionais e diferentes áreas geográficas na bacia mediterrânica face a relações mais restritas à escala estatal. Estas relações de longa data permitiram a

mobilidade intensa de pessoas e mercadorias desde a história antiga e, com particular incidência, desde a idade média.

Em segundo lugar, num contexto de massificação do lazer e do turismo, o Mediterrâneo tornou-se um dos destinos balneares por excelência, considerado como “um paraíso na Terra” (Urry, 2007: 259). Neste caso, perspectivar o Mediterrâneo como território de mobilidade passa pelo enfoque nos turistas enquanto grupo de actores sociais em número crescente, para os quais são criados cada vez mais serviços públicos e privados e possibilidades de consumo lúdico nos territórios europeus. A experiência de mobilidade para efeitos de lazer é marcadamente diferente da experiência dos refugiados, tendo-se mantido a memória desta distância paradoxal em algumas foto-reportagens marcantes<sup>4</sup>.

A travessia de refugiados marca uma terceira representação do Mediterrâneo como território de mobilidade, numa altura em que o Mediterrâneo é identificado como sendo a fronteira mais perigosa do mundo (De Lucas, 2016; OIM, 2016). Longe de uma visão sistémica/funcional ou lúdica/recreativa, o Mediterrâneo adquire um peso trágico com a associação a um universo simbólico de vulnerabilidade, trauma e morte.

A exposição visual de naufrágios e corpos inertes às portas da Europa provoca uma mudança na percepção dos europeus sobre este problema, despoletando uma resposta emotiva que se espelha na mobilização civil para apoio solidário. Este apoio, proveniente inclusive de países que não sentem o impacto de chegada, trânsito ou instalação dos refugiados, direcciona-se sobretudo para as ilhas gregas do mar Egeu, prolongamento do Mediterrâneo. Investigadores no terreno em 2015 foram dando conta das limitações de uma mobilização civil direccionada à imagem mediática criada sobre o problema dos refugiados. Com Pallister-Wilkins (2016), procurando explorar a intersecção entre intervenção humanitária e controlo de fronteiras, é importante ponderar o foco no mar e nos barcos, considerando a acumulação de voluntários e as possibilidades avançadas para a intervenção europeia (até certa altura muito focada no controlo de embarcações e traficantes e na assistência a naufrágios, e menos no reconhecimento e percurso dos refugiados no continente europeu). Centrar a atenção apenas neste contexto de risco e sofrimento pode dificultar a compreensão da opção de travessia marítima, que não é uma escolha espontânea, mas antes o resultado combinatório de políticas de fronteira europeias que proíbem os refugiados de entrarem por via aérea, o patrulhamento terrestre crescente (também pela agência Frontex, por exemplo com a operação *Poseidon*) e o fechamento físico de fronteiras terrestres com a multiplicação de muros e cercas. Importantes debates sobre as políticas de fronteira na Europa e a “crise” suscitada pela entrada de um elevado número de refugiados, envolvendo causas estruturais complexas, são muitas vezes reduzidos a visualizações dramáticas das chegadas marítimas. Esta reprodução repetida do perigo marítimo no imaginário popular parece não favorecer a compreensão de um problema político mais estrutural, que excede os problemas contingentes do presente. Por outras palavras, é necessário responder ao problema humanitário do Mediterrâneo, bem como aplaudir a empatia civil que contribui para manter este problema na agenda social e política; porém, considerando a insuficiência de uma resposta solidária, é importante observar questões sociopolíticas e económicas na base da “crise” para a sua melhor compreensão e resposta política a longo prazo.

A politização da questão dos refugiados é anterior à presente “crise”. Começando por uma leitura da politização enquanto resposta a problemas da sociedade civil europeia, o tópico ganhou importância sobretudo a partir dos anos 90, na consequência do rápido crescimento das taxas migratórias em vários países europeus. Esta politização foi despoletada pela mobilização da extrema direita com múltiplos ataques a migrantes e requerentes de asilo. Em detrimento de uma acção mais vocacionada para a desconstrução desta nova face de racismo e xenofobia, a reacção da maioria dos estados europeus foi multiplicar as medidas restritivas à migração. É neste contexto que a hipótese da constituição de uma *fortress Europe* – “Europa fortaleza” – ganha sustentação. Segundo Castles, de Haas e Miller (2014) foram várias as medidas neste sentido: alterações na legislação nacional para restringir o acesso ao estatuto de refugiado; criação de regimes de protecção temporária em detrimento de definitiva; multiplicação de políticas de não-chegada para prevenir a entrada de migrantes indocumentados na Europa; criação de uma imagem ilusória sobre os países

vizinhos da UE como “países terceiros seguros”, para os quais os refugiados podiam ser retornados caso os tivessem atravessado no seu percurso; interpretações restritivas da Convenção de Genebra de 1951, por exemplo excluindo a admissibilidade de perseguição por actores não-estatais (como os talibãs no Afeganistão); e uma cooperação europeia limitada em matéria de asilo e imigração (destacando-se, entre outros acordos da UE, as incongruências entre a convenção de Schengen e o regime de Dublin).

Por outro lado, este é um caso privilegiado de construção jurídica à escala internacional, sendo de destacar a definição do estatuto de refugiado pela Convenção de Genebra de 1951, com referência a um conjunto de condições para o reconhecimento da validade de um pedido de asilo (guerra ou perseguição por questões raciais, religiosas, de nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas), ancorada no Artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 (ACNUR, 2010). Estas construções jurídico-políticas podem ser lidas num quadro de pensamento de generalização do direito de cidadania, de garantir que existe, para todas as pessoas, o direito a ter direitos. Porém, é necessário reflectir criticamente sobre a distância entre o princípio e a realização, entre a convenção internacional de direitos inalienáveis do ser humano e a forma hipócrita que tal idealismo pode assumir, tomando como exemplo o contexto entre guerras mundiais (Arendt, 2006). Foi precisamente o contexto do pós-guerra que conduziu à estruturação de um regime para o reconhecimento de refugiados, desenhado para permitir que mais de um milhão de pessoas em fuga do leste europeu pudessem ser reinstaladas permanentemente. É perceptível uma transformação importante desde esta perspectiva de exílio permanente até ao regime exclusivista actual, interpretado de forma a que os requerentes de asilo do Sul global sejam mantidos fora da Europa (Castles, de Haas e Miller, 2014).

A associação da leitura política exclusivista da Europa (vigente, sobretudo, até à assunção da “crise” de 2015) ao retorno de discursos de extrema direita e dos *media* mais populistas, que sugerem a relação entre a entrada de refugiados e a subida da criminalidade, do terrorismo fundamentalista e da insustentabilidade dos sistemas de bem-estar social, leva a que haja um maior apelo público a medidas restritivas à mobilidade de refugiados. Por outro lado, a solidariedade despoletada pelo “cemitério mediterrânico” recorda a necessidade de uma intervenção de cariz humanitário e de um espírito solidário-caritativo. Neste contexto, a interpretação do Mediterrâneo como território de mobilidade de refugiados vê-se imbuída num conjunto de leituras que vão desde a intervenção política limitada, não consensual entre os países europeus (considere-se, para além da multiplicação de muros, o peso que o debate sobre refugiados teve para o Brexit), até à intervenção humanitária urgente (não obstante a urgência que já era mediatizada antes de 2015, sobretudo nos países mais expostos à entrada de refugiados, como é o caso de Itália). Estas leituras contribuem para a construção de uma “crise” que poderá significar uma resposta em lógica de excepção, relativizando a importância do direito inalienável de cidadania, e sem responder a questões sociais e políticas mais densas e importantes para a compreensão e resolução dos problemas dos refugiados e da coesão europeia.

## Conclusões

Na procura de contribuir para a compreensão do problema social dos refugiados no Mediterrâneo, começámos por enquadrar esta comunicação nas partilhas e distâncias da história migratória sul europeia, na qual Portugal se distancia de Espanha, Itália e Grécia, na última década, da tendência de entrada de refugiados via Mediterrâneo. Porém, este problema social não é alheio a Portugal, bem como a outros países menos afectados pela entrada, trânsito ou reinstalação de refugiados. A travessia fronteiriça e a procura de asilo assumem uma dimensão europeia, bem como a mobilização da sociedade civil em torno deste problema social.

Ao nível empírico, sugerimos explorar a construção social do problema dos refugiados no Mediterrâneo a partir da síntese de uma análise à imprensa italiana entre 2013 e 2015, o que permitiu explorar a sua construção discursiva desde um dos países mais pressionados por este problema. A construção do problema dos refugiados na imprensa italiana deu-se da escala nacional para a escala internacional. Pela amostra reportada, em 2013 observou-se a construção de um problema humanitário e político contextualizado sobretudo em Itália, onde o naufrágio de 3 de Outubro, em Lampedusa, funcionou como evento catalisador

da atenção mediática e de apelo reiterado à intervenção europeia. O problema dos naufrágios foi consolidado em 2014, a par da contínua chegada de pessoas, reconduzindo a discussão para a instalação dos refugiados, desde questões críticas relacionadas com centros de detenção até à determinação do seu estatuto, até às condições de instalação degradantes enquanto aguardavam uma resposta da UE. As respostas vieram em 2015, com planos que passaram pela perseguição de *smugglers*, pela destruição das embarcações de transporte e por um sistema de quotas europeu que permitisse a reinstalação de milhares de refugiados. A estratégia política foi marcada pelo dissenso entre países europeus, explícito designadamente na construção de muros em alguns países de trânsito, no ano em que o número de entradas superou um milhão de pessoas e em que se observou o crescimento do percurso de leste (Grécia) para além do percurso central mediterrânico (Itália). Apesar da evolução das notícias desta amostra desde as secções “Solidariedade/Crónicas” para “Internacional/Relações externas”, a construção simbólica do problema social dos refugiados no Mediterrâneo não sucumbiu à sua integração política, permanecendo associada a uma imagem de crise humanitária, tendo como palco cénico um cemitério mediterrânico e uma Europa fortaleza.

A discussão desta construção foi balizada por leituras teóricas contextualizadas no debate sobre migrações e mobilidades, procurando reflectir a situação dos refugiados e do contexto mediterrânico numa perspectiva de território de mobilidades. Neste sentido, foi importante reconhecer a evolução das visões construídas sobre o Mediterrâneo: de paradigma de um sistema mundial, numa leitura funcional das mobilidades; passando por caso emblemático da massificação do lazer e do turismo, destino balnear por excelência que lhe confere uma leitura recreativa das mobilidades; até à sua visão mais recente, enquanto fronteira mais perigosa do mundo. Nesta última leitura, o Mediterrâneo como território de mobilidade de refugiados, é possível perceber a mobilidade como algo indesejado, a conter ou externalizar. Face à visualização que foi sendo crescente de um cenário mortífero, com a predominância de imagens alusivas à vulnerabilidade dos refugiados no mar, a intervenção política revelou-se limitada, ainda que expandida da escala nacional à europeia, e apesar da urgência reiterada pela sociedade civil para a resposta ao problema humanitário. Num problema representado entre a solidariedade e a política, entre o assistencialismo e a securitização, pondera-se a sua integração numa visão de crise e de naufrágio das estruturas europeias conforme as conhecemos.

## Referências

- ACNUR (2010). *Convention and Protocol Relating to the Status of Refugees*, Genebra: ACNUR – Agência da ONU para os Refugiados.
- Adoni, Hannah e Sherrill Mane (1984). Media and the social construction of reality. Toward an integration of theory and research, *Communication Research*, 11 (3), pp. 323-340.
- Arendt, Hannah (2006). *As origens do totalitarismo*, Lisboa: Dom Quixote (original de 1951).
- Baptista, Luís (2002) “Territórios, imagens e poderes”, In Graça Índias Cordeiro, Luís Vicente Baptista e António Firmino da Costa (orgs.) *Etnografias urbanas*, Oeiras: Celta.
- Bonnet, Michel e Monique Desjeux (Dir.) (2000). *Les Territoires de la Mobilité*. Paris: PUF.
- Braudel, Fernand (1949). *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 3 vol. Paris: A. Colin.
- Castles, Stephen, Hein de Haas e Mark J. Miller (2014). *The age of migration. International population movements in the modern world*. 5ª edição. Hampshire/UK e Nova Iorque/EUA: Palgrave Macmillan.
- D'Angelo, Paul (2002). News framing as a multiparadigmatic research program: a response to Entman, *Journal of Communication*, 52 (4), pp. 870-888.
- De Lucas, Javier (2016) *Mediterráneo: El naufragio de Europa*, 2ª ed., Valencia: Tirant Humanidades.

- Entman, Robert (1993). Framing: toward clarification of a fractured paradigm, *Journal of Communication*, 43 (4), pp. 51-58.
- Espírito Santo, Inês, João Baía, Sónia Pereira, Cristina Santinho, Raquel Matias, Ana Estevens e Joana Sousa Ribeiro (2016). Como são representados os refugiados na comunicação social?, *Le Monde Diplomatique*, arquivo: Maio 2016 (consultado a 08/09/2016, <https://pt.mondediplo.com/spip.php?article1113>).
- Faret, Laurent (1999) “Les territoires de la mobilité: logiques socio-spatiales des groupes migrants entre Mexique et États-Unis”, In Marie-France Prévôt Schapira e Hélène Rivière d’Arc (dir.) *Nouvelles territorialités en Amérique latine et au Mexique*. Paris: IHEAL (consultado a 10/10/2016, <http://books.openedition.org/iheal/749>).
- Gildas, Simon (2002). Penser globalement les migrations, *Revue Projet* 4/2002 (n° 272), pp. 37-45 (<http://www.cairn.info/revue-projet-2002-4-page-37.htm>).
- King, Russell e Elisabetta Zontini (2000). The role of gender in the South European immigration model, *Papers (Sociology review)*, Vol. 60, pp. 35-52.
- Koziner, Nadia (2015). Framing: a research program for media communications studies, *Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, 14 (28), pp. 22-45.
- Mazzella, Silvie (2014). *Sociologie des Migrations*, Col. ‘Que sais-je?’, Paris: Presses Universitaires de France.
- OIM (2016). “Latest global figures”, *Missing Migrants Project*, Genebra: Organização Internacional para as Migrações (consultado a 11/04/2016, <http://missingmigrants.iom.int/latest-global-figures>).
- Pallister-Wilkins, Polly (2016). Interrogating the Mediterranean “migration crisis”. *Mediterranean Politics*, 21 (2), pp. 311-315.
- Papuzzi, Alberto (2010). *Professione giornalista. Le tecniche, i media, le regole*. 5ª edição. Roma: Donzelli.
- Urry, John (2007). *Mobilities*. Cambridge/Reino Unido e Malden MA/EUA: Polity.
- Vieira, Inês (2016). The construction of the Mediterranean refugee problem from the Italian digital press (2013-2015): emergencies in a territory of mobility. *Networking Knowledge*, 9 (4) "Fortress Europe: Media, Migration and Borders" (<http://ojs.meccsa.org.uk/index.php/netknow/article/view/448>)

---

<sup>1</sup> O termo “notícias” refere-se a todos os resultados válidos da consulta às plataformas digitais dos jornais referenciados, incluindo editoriais, artigos especiais e crónicas. Cada item é considerado uma notícia.

<sup>2</sup> O mesmo *frame* por ano é analisado nos dois jornais; para um mesmo *frame* é frequente a repetição de secções em que as notícias estão inseridas; deu-se preferência à análise das notícias com mais texto e, sempre que possível, com imagens (em detrimento de notas de imprensa sintéticas, notícias em que o tópico só é trabalhado num fragmento do documento, ou notícias focadas em meio audiovisual).

<sup>3</sup> Notícias válidas: 74/91 em 2013 (81,3%), 117/129 em 2014 (90,7%), 283/338 em 2015 (83,7%). As notícias inválidas incluem entradas duplicadas, catalogação em termos errados ou próximos e *weblinks* inválidos.

<sup>4</sup> Veja-se, por exemplo, a foto de 2014 da agência Reuters em Melilla, enclave espanhol no norte de África, onde se observam jogadores de golfe em primeiro plano, no relvado, e em segundo plano vários refugiados e um polícia, no topo da vedação fronteiriça.